



CONCURSO DE REPORTAGENS ESPECIAIS INÉDITAS PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER, TV CÂMARA E BANCO MUNDIAL

EDITAL N. 2/2012

A CÂMARA DOS DEPUTADOS, por intermédio de Comissão Especial de Licitação, legalmente designada pela Portaria 137/2012, da Presidência da Câmara dos Deputados, e tendo em vista o que consta do Processo n. 117.170/2012, torna pública, para conhecimento dos interessados, a abertura de licitação, na modalidade CONCURSO, para seleção de reportagens especiais brasileiras inéditas de curta duração para veiculação pela TV Câmara, em “*hot sites*” e nas redes de difusão audiovisual e *online* do Banco Mundial e seus parceiros, por período indeterminado, com o tema “Tem uma história relacionada à Lei Maria da Penha? Conte para o mundo!”, conforme previsto pelo Acordo de Cooperação 2012/ 198.0, Processo n. 117167/12.

O presente Concurso reger-se-á pelo disposto neste Edital e em seus Anexos, pelo REGULAMENTO DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7 de junho de 2001, e publicado no Diário Oficial da União de 5 de julho de 2001; e, subsidiariamente, pela Lei 8.666, de 1993.

1 DO OBJETO

- 1.1** O objeto do presente concurso é a seleção de 5 (cinco) reportagens especiais brasileiras inéditas com, no mínimo, 5 (cinco) minutos e, no máximo, 10 (dez) minutos, destinados à veiculação na TV Câmara, em “*hot sites*” sobre o tema e nas redes de difusão audiovisual e *online* do Banco Mundial e seus parceiros por período indeterminado.
- 1.2** Serão selecionadas reportagens inéditas que tratem de histórias ligadas à garantia de direitos oferecida pela Lei Maria da Penha, de acordo com as descrições constantes do Anexo I deste Edital.
- 1.3** Considera-se, para fins deste Concurso:
 - a) **REPORTAGEM ESPECIAL BRASILEIRA** é a obra audiovisual informativa com narrativa próxima a do cinema documentário, produzida por pessoa natural e/ou jurídica, ou finalizada por editor brasileiro. A reportagem especial deve evitar o texto simplificado do telejornalismo diário.
 - b) **OBRA AUDIOVISUAL** é o produto da fixação ou transmissão de imagens, com ou sem som, que tenha a finalidade de criar a impressão de movimento, independentemente dos processos de captação, do suporte utilizado inicial



ou posteriormente para fixá-las ou transmiti-las, ou dos meios utilizados para sua veiculação, reprodução, transmissão ou difusão.

- c) **REPORTAGEM INÉDITA** é aquela produzida a partir de 2012 e que não foi veiculada por emissoras de radiodifusão ou canais de TV por assinatura.
- d) **OBRA VIDEOFONOGRÁFICA** é aquela cuja matriz original de captação é um meio magnético ou matriz de captação digital com capacidade de armazenamento de informações que se traduzem em imagens em movimento, com ou sem som.
- e) **EDITOR** é aquele que coordena e finaliza a reportagem.
- f) **REPORTAGEM INSCRITA** é aquela cuja inscrição no concurso foi aceita, por cumprir todas as exigências determinadas neste edital, e será assistida pela comissão julgadora.
- g) **REPORTAGEM SELECIONADA** é aquela que, após analisada pela comissão julgadora, foi escolhida entre as 5 (cinco) que terão a licença de exibição não-exclusiva, adquirida pela Câmara dos Deputados mediante o pagamento da premiação prevista neste certame.

2 DA INSCRIÇÃO

A inscrição deverá ser realizada, <u>obrigatoriamente por meio do envio postal com AR (aviso de recebimento), em um único envelope</u>, da documentação completa impressa e dos cinco DVDs indicados no item 2.12	PRAZO PARA INSCRIÇÃO 60 dias a partir da publicação do edital
	Até dia 23/11/2012



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



Endereço para envio do envelope	“CONCURSO DE REPORTAGENS ESPECIAIS INÉDITAS PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER, TV CÂMARA E BANCO MUNDIAL” Comissão Especial de Licitação TV Câmara Câmara dos Deputados Praça dos Três Poderes Edifício Principal – Pavimento Térreo Brasília – DF CEP 70.160-900
--	--

- 2.1** O prazo para a inscrição neste certame é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste edital e estarão abertas no período de 24 de setembro de 2012 a 23 de novembro de 2012.
- 2.2** A inscrição deverá ser realizada, obrigatoriamente por meio do envio postal com AR (aviso de recebimento), em um único envelope, da documentação completa impressa e dos cinco DVDs indicados no item 2.12.
- 2.3** O endereço para o envio da inscrição é:
“CONCURSO DE REPORTAGENS ESPECIAIS INÉDITAS PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER, TV CÂMARA E BANCO MUNDIAL”
Comissão Especial de Licitação - TV Câmara
Câmara dos Deputados
Praça dos Três Poderes
Edifício Principal – Pavimento Térreo
Brasília – DF
CEP 70.160-900
- 2.4** Para efeito de recebimento da documentação para inscrição, será considerada a data da postagem constante do envelope/recibo.
- 2.5** A Câmara dos Deputados não se responsabiliza pelo atraso na remessa da documentação para inscrição, por seu extravio ou por danos materiais a ela(s) causados.
- 2.6** O material enviado para inscrição não será devolvido.
- 2.7** Poderão inscrever reportagens para o concurso pessoas físicas e/ou jurídicas, instituições privadas ou públicas, desde que autoras das obras audiovisuais. **(Anexo V).**
- 2.8** Não poderão participar do concurso membros da comissão julgadora, bem como seus parentes consanguíneos e afins até o terceiro grau, servidores da Câmara



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



dos Deputados ocupantes de cargo efetivo (ativos e inativos) ou de natureza especial, secretários parlamentares e trabalhadores de empresas que prestam serviços para a Câmara dos Deputados, bem como colaboradores e funcionários do Banco Mundial **(Anexo V)**.

- 2.9** Não serão aceitas inscrições de reportagens cujos direitos de exibição já tenham sido cedidos à Câmara dos Deputados **(Anexo VI)**.
- 2.10** A inscrição no concurso é gratuita.
- 2.11** Cada pessoa natural e/ou jurídica poderá inscrever até três reportagens de sua autoria.
- 2.12** A inscrição será efetivada quando do recebimento, pela Comissão Especial de Licitação, dos seguintes itens:
- a) **Formulário de inscrição** impresso, conforme modelo constante do **Anexo II** deste Edital, devidamente preenchido e assinado pelo autor da obra;
 - b) 5 (cinco) cópias da reportagem em formato DVD.
 - c) Declarações necessárias **(Anexos V e VI)**.
- 2.13** As obras inscritas deverão atender às seguintes exigências:
- a) Terem duração de, no mínimo, 5 (cinco) minutos e, no máximo, 10 (dez) minutos, incluindo os créditos finais;
 - b) Serem filmadas originalmente em formato para *broadcast*, em qualidade SD (*standard*) ou superior. Não serão aceitos formatos VHS ou MiniDV;
- 2.14** No caso de desconformidade com as regras constantes deste Edital, a inscrição do candidato não será deferida.
- 2.15** A relação das inscrições deferidas e indeferidas será divulgada até o dia **10/12/2012**, no endereço eletrônico www.camara.gov.br.
- 2.16** O prazo para interposição de recurso pelo indeferimento de inscrição é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da divulgação da relação de que trata o **item 2.15**.
- 2.16.1** Os recursos deverão ser enviados para o e-mail concurso.mariadapenha@camara.gov.br.
- 2.17** A qualquer tempo, a inscrição poderá ser anulada e/ou tornada sem efeito, em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o deferimento da inscrição, como falsidades ou inexatidões de declarações ou informações prestadas pelo candidato nos documentos solicitados neste Edital.



- 2.18** A inscrição no concurso implica o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

3 DOS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS REPORTAGENS

- 3.1** As reportagens cujas inscrições tenham sido deferidas serão avaliadas pela Comissão Especial de Licitação, designada pela Portaria 137/2012 da Presidência da Câmara dos Deputados, constituída por servidores com experiência em produção audiovisual e especialistas indicados pelo Banco Mundial.
- 3.2** A Comissão Especial de Licitação julgará as reportagens inscritas pelos critérios descritos nos itens 3.3 e 3.4, que foram definidos de forma a possibilitar a avaliação do desenvolvimento da reportagem, dos aspectos narrativos e da técnica jornalística.
- 3.3** O critério de desenvolvimento da reportagem e dos aspectos narrativos tem como escopo avaliar como o material jornalístico foi desenvolvido pela equipe de produção e julgar os aspectos da narrativa utilizada, segundo os seguintes critérios:
- a) Adequação ao tema:
Verifica se a reportagem a ser avaliada aborda o tema descrito no **Anexo I**. A pontuação vai de 0 (zero) a 5 (cinco), sendo que 0 (zero) equivale a não-abordagem do tema indicado e 5 (cinco) equivale a uma perfeita abordagem do tema.
 - b) Adequação ao perfil de programação da TV Câmara:
Avalia o potencial que tem a reportagem de aproximação ao perfil da programação da TV Câmara. A pontuação vai de 0 (zero) a 5 (cinco), sendo que 0 (zero) equivale a inadequado e 5 (cinco) equivale à perfeita adequação.
 - c) Potencial para atrair o interesse do público para a reportagem:
Avalia se a reportagem tem potencial para atrair público. A pontuação vai de 0 (zero) a 5 (cinco), sendo que 0 (zero) corresponde a não-atrativo e 5 (cinco) a reportagem relevante que pode despertar grande interesse e atrair público.
 - d) Originalidade e profundidade na abordagem do tema:



Avalia se as estratégias de abordagem da história e do tema da reportagem apresentam características originais e se o tema foi tratado com profundidade dentro da narrativa utilizada. A pontuação vai de 0 (zero) a 5 (cinco), sendo que 0 (zero) equivale a abordagem nada original e 5 (cinco) equivale a abordagem extremamente original e profunda.

e) Propriedade da linguagem:

Avalia se a reportagem utiliza apropriadamente os aspectos da linguagem audiovisual na abordagem do tema apresentado. A pontuação vai de 0 (zero) a 5 (cinco), sendo que 0 (zero) equivale a abordagem ineficiente e inapropriada e 5 (cinco) equivale a abordagem eficiente e apropriada.

3.4 O critério de análise da técnica audiovisual tem como propósito avaliar a aplicação de recursos tecnológicos da reportagem para garantir a qualidade técnica das obras selecionadas, de acordo com os seguintes critérios:

a) Roteiro:

Avalia se o roteiro da reportagem foi bem desenvolvido, levando em consideração a estrutura narrativa, o aproveitamento dos personagens e o aprofundamento do tema. A pontuação vai de 0 (zero) a 5 (cinco), sendo que 0 (zero) equivale a narrativa que não transmite o conteúdo de maneira eficaz e 5 (cinco) equivale a narrativa excelente e coerente com o tema.

b) Direção da reportagem:

Avalia as opções audiovisuais escolhidas pelo editor na forma de retratar os elementos da reportagem, considerando a interação entre os elementos técnicos, como iluminação, enquadramentos, movimentos de câmera, som e edição de áudio, e também sua relação com o conteúdo retratado. A pontuação vai de 0 (zero) a 5 (cinco), sendo que 0 (zero) equivale a trabalho de direção ineficaz e 5 (cinco) equivale a trabalho de direção excelente.

c) Som e trilha sonora:

Avalia a qualidade técnica do som captado e as opções feitas durante a edição de som a fim de aprimorar a qualidade e de proporcionar efeito dramático à reportagem, incluindo sua trilha sonora. A pontuação vai de 0 (zero) a 5 (cinco), sendo que 0 (zero) equivale a captação de áudio de baixa qualidade ou a utilização de elementos sonoros inadequada, e 5 (cinco) equivale a áudio de boa qualidade e uma utilização eficaz dos elementos sonoros inseridos na edição de som da reportagem.

d) Fotografia:



Avalia a qualidade da imagem captada, considerando a melhor utilização da iluminação e enquadramentos, e sua adequação aos conteúdos retratados. A pontuação vai de 0 (zero) a 5 (cinco), sendo que 0 (zero) equivale a imagem de péssima qualidade ou inadequada à narrativa e 5 (cinco) equivale à excelência técnica e coerência com o conteúdo retratado.

e) Edição:

Avalia as técnicas de edição, considerando a imposição de ritmo e fluidez às sequências retratadas, além das opções estilísticas de efeitos e transições e a adequação delas ao conteúdo abordado. A pontuação vai de 0 (zero) a 5 (cinco), sendo que 0 (zero) equivale a edição carente de ritmo e com opções estilísticas incoerentes com o tema e 5 (cinco) equivale a edição fluida e coerente com o tema proposto.

3.5 As reportagens inscritas serão analisadas por 5 (cinco) membros da Comissão Especial de Licitação individualmente, mediante pontuação de 0 (zero) a 5 (cinco) para cada um dos critérios constantes da Ficha de Avaliação da Obra.

3.6 Serão utilizados os seguintes conceitos e fórmulas para o cálculo da pontuação:

A) PFC – Pontuação Final por Critério

É a soma dos pontos atribuídos a cada critério (itens 3.3 e 3.4) da Ficha de Avaliação, pelos integrantes da Comissão Especial de Licitação, ao documentário avaliado. A pontuação máxima em cada Ficha de Avaliação é de 50 (cinquenta) pontos.

B) PFG – Pontuação Final Geral

É a soma das Pontuações Finais por Critério (PFC), totalizadas para cada reportagem. Como cada reportagem vai ser avaliada por 5 (cinco) integrantes da Comissão Especial de Licitação, a pontuação máxima para cada reportagem é de 250 (duzentos e cinquenta) pontos.

3.7 A Pontuação Final Geral (PFG) será usada para classificação final das reportagens.

3.8 Em caso de empate na Pontuação Final Geral (PFG), o critério usado para desempate será a Pontuação Final por Critério (PFC) do item 1.3 da Ficha de Avaliação: originalidade e profundidade na abordagem audiovisual (**Item 3.3 d**). Caso persista o empate no critério, a vencedora será a de maior duração em minutos e segundos. Persistindo o empate, far-se-á sorteio, de acordo com o § 2º. do Artigo 45 da Lei 8.666/93.



- 3.9** Somente serão considerados, para efeito da classificação final, as reportagens que obtiverem Pontuações Finais por Critério (PFC) acima da nota de corte igual ou maior a 150 (cento e cinquenta) pontos, ou 60% do total
- 3.10** Depois que forem selecionados as 5 (cinco) reportagens que terão sua licença de exibição adquirida pela Câmara dos Deputados por tempo indeterminado, as reportagens que tiverem Pontuações Finais por Critério (PFC) iguais ou superiores a 150 (cento e cinquenta) pontos farão parte de um **cadastro de reserva**.
- 3.11** O **cadastro de reserva** poderá ser usado nas seguintes situações, a critério da Comissão Especial de Licitação: no caso de desclassificação de projeto pré-selecionado pela não-apresentação de documentos listados no **item 4.2**, ou da não-apresentação da cópia do filme para exibição adequada aos formatos definidos de acordo com o **item 5.1**.
- 3.12** A lista das reportagens selecionadas será publicada no endereço eletrônico www.tv.camara.gov.br.
- 3.13** O prazo para interposição de recurso em relação às reportagens selecionadas será de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de divulgação da lista de reportagens selecionadas de que trata o **item 3.12**.
- 3.14** O parecer de julgamento da Comissão Especial de Licitação, depois da apreciação de eventuais recursos interpostos, ficará sujeita à homologação do Senhor Diretor-Geral da Câmara dos Deputados.

4 DA PREMIAÇÃO E DO PAGAMENTO

- 4.1** Cada uma das reportagens selecionadas receberá a importância de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais) pela concessão do direito de transmissão pela TV Câmara, em “*hot sites*”, nas redes de difusão audiovisual e *online* do Banco Mundial e seus parceiros.
- 4.2** O pagamento dos prêmios ficará condicionado à assinatura do TERMO DE LICENCIAMENTO, na forma da minuta que se encontra no **Anexo IV** deste Edital, e de recibo; além da comprovação da regularidade fiscal e jurídica dos produtores da reportagem, em especial, à apresentação dos documentos listados abaixo:

a) Documentação necessária para pessoas naturais:

1 - Certidão negativa de débitos fiscais com a Receita Federal;

2 - Autorizações de uso de imagem assinadas por cada uma das pessoas que aparecem no produto e/ou dão entrevistas;



4.2.2 Documentação necessária para pessoas jurídicas:

- 1 - Certidão negativa de débitos fiscais com a Receita Federal;
- 2 - Certidão negativa de débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- 3 - Certidão negativa de débitos com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 4 - Autorizações de uso de imagem assinadas por cada uma das pessoas que aparecem no produto e/ou dão entrevistas;

4.3 O prazo máximo para apresentação dos documentos previstos no **item 4.2** e para assinatura do Termo de Licenciamento é de 30 (trinta) dias corridos, contados da publicação do resultado final do concurso, sob pena de a reportagem ser automaticamente desclassificada e a obra com classificação imediatamente posterior ser selecionada.

4.3.1 O prazo para assinatura do Termo de Licenciamento poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo candidato vencedor durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Câmara dos Deputados.

4.4 O pagamento do prêmio estará sujeito às retenções previstas na legislação tributária, sendo que o selecionado pessoa jurídica não terá desconto de Imposto de Renda e o selecionado pessoa natural terá o desconto do Imposto de Renda conforme tabela da Receita Federal. O valor líquido será creditado em conta bancária a ser indicada pelo responsável pela reportagem a ser licenciada.

4.5 A conta bancária para pagamento do valor pela licença de exibição das reportagens deverá estar no mesmo nome da pessoa natural e/ou jurídica que fez a inscrição e é autora da obra.

4.6 Caso algum dos vencedores do concurso não comprove regularidade fiscal ou não assine o Termo de Licenciamento, ele será desclassificado e convocado o primeiro do **cadastro de reserva**.

5 DAS OBRIGAÇÕES DOS PREMIADOS

5.1 Além da documentação descrita no item 4.2, os selecionados deverão entregar, dentro do mesmo prazo previsto no item 4.2, uma cópia da reportagem em arquivo AVI, sem compressão, em HD externo ou flash drive formatados para



Windows, a ser descarregado em ilha de edição da TV Câmara, com as seguintes especificações técnicas:

- a) manutenção da saturação e fase de cores corretas em todas as cenas, conforme sinal de teste “*color bars*” SMPTE, 75%, gravados no início do vídeo;
- b) formato das imagens padrão NTSC/4:3 ou 16:9, com iluminação e exposição das câmeras (diafragma) corretas, salvo intervenções artísticas; e
- c) manutenção dos corretos níveis de vídeo: vídeo normal a 100 IRE; “*color burst*” a 40 IRE; “*white clip*” máximo a 110 IRE; preto a 0,0 IRE; SYNC a 40 IRE.
- d) Áudio OVU + 4Dbm, mixado nos canais 1 e 2 ou L e R.

6 DO TERMO DE LICENCIAMENTO

- 6.1** A licença será por prazo indeterminado, sem limite de exibições pela TV Câmara, em “*hot sites*” sobre o tema e nas redes de difusão audiovisual e *online* do Banco Mundial e seus parceiros.
- 6.2** A TV Câmara poderá utilizar imagens e trechos das reportagens, com a finalidade exclusiva de registro das atividades institucionais ou para uso em suas campanhas de comunicação.
- 6.3** A TV Câmara poderá incluir as reportagens em seu catálogo de exibições, assim como disponibilizá-las para exibição em seu *site* na Internet, em “*hot sites*” sobre o tema e nas redes de difusão audiovisual e *online* do Banco Mundial.

7 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 7.1** Todo o material que venha a integrar as reportagens selecionadas neste Concurso deverá estar liberado de quaisquer restrições relativas a direitos autorais, de imagem e conexos, tanto de terceiros quanto dos profissionais envolvidos em seu desenvolvimento.
- 7.2** A inscrição no concurso implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.
- 7.3** O acompanhamento das publicações, avisos e comunicados referentes ao concurso é de responsabilidade exclusiva do candidato.



- 7.4** Não serão fornecidos atestados, declarações, certificados ou certidões relativos à habilitação, classificação, ou nota de candidatos, valendo, para tal fim, as publicações referentes ao concurso.
- 7.5** É responsabilidade do candidato manter seu endereço, endereço eletrônico e telefone atualizados para viabilizar os contatos necessários, sob pena de, se for selecionado, perder o direito ao prêmio caso não seja localizado, situação em que será chamado o próximo selecionado do cadastro de reserva.
- 7.6** A Câmara dos Deputados não se responsabiliza por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:
- a) endereço não atualizado;
 - b) endereço eletrônico não atualizado;
 - c) endereço de difícil acesso;
 - d) correspondência devolvida por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
 - e) correspondência recebida por terceiros.
- 7.7** Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente normal da Câmara dos Deputados.
- 7.8** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 7.9** Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Concurso serão resolvidos pela Comissão Especial de Licitação.
- 7.10** Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Edital.
- 7.11** Constituem Anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:
- a) Anexo I – Tema para as reportagens;
 - b) Anexo II – Ficha de Inscrição;
 - c) Anexo III – Ficha de Avaliação da Obra;
 - d) Anexo IV – Termo de Licenciamento;
 - e) Anexo V – Declaração de Inexistência de vínculo de parentesco;
 - f) Anexo VI – Declaração de que não houve cessão de direitos de exibição à Câmara dos Deputados ou veiculação por outras emissoras anteriormente.
- 7.12** A Comissão Especial de Licitação divulgará suas decisões e demais informações pertinentes por meio do site da TV Câmara: www.tv.camara.gov.br.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



- 7.13** O e-mail para contato com a Comissão Especial de Licitação será o seguinte: concurso.mariadapenha@camara.gov.br.
- 7.14** A Comissão Especial de Licitação é soberana para decidir quaisquer pendências em relação ao concurso de reportagens.
- 7.15** Os modelos de anexos constantes neste Edital estão à disposição para “download” no endereço eletrônico da TV Câmara: www.tv.camara.gov.br.

Brasília, 21 de setembro de 2012.

Daniela Guerson André
Presidenta da Comissão Especial de Licitação



ANEXO I

TEMA PARA AS REPORTAGENS

As reportagens inscritas devem abordar histórias ligadas à garantia de direitos oferecida pela Lei Maria da Penha. Com o slogan: “Tem uma história relacionada à Lei Maria da Penha? Conte para o mundo!” o objetivo é descobrir como a sociedade percebe a Lei e de que forma, por meio de histórias reais, ela tem impactado a vida das pessoas. Para contar essas histórias, as narrativas podem ser centradas tanto em personagens quanto em contextos específicos que envolvam mais de um personagem.

Serão priorizadas as narrativas que se aprofundem nos detalhes e surpreendam no estilo. Este edital incentiva as novas linguagens e busca narrativas inovadoras e fora do padrão de telejornalismo diário, como detalhado na ficha de avaliação.

No dia 07 de agosto de 2012, a Lei 11.340 de 2006, mundialmente conhecida como Lei Maria da Penha, completa seis anos desde a sua promulgação. Reconhecida como uma das três leis mais avançadas do mundo sobre violência doméstica, pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, entre 90 países que tem legislação sobre o tema, a Lei Maria da Penha é uma conquista não apenas do Congresso Nacional, mas de toda a sociedade brasileira.

Apesar do avanço trazido pela legislação, que começa a mudar padrões de comportamentos sociais, não tolerando mais a violência doméstica contra a mulher, pesquisa realizada pelo Instituto Sangari, sobre o Mapa da Violência 2012, no capítulo dedicado à violência contra mulher, indica que a cada 5 minutos uma mulher é agredida no Brasil e que a grande maioria destas agressões acontece na residência da vítima, realizada por namorados, companheiros, ou ex-companheiros.

Três são as principais causas apontadas para a manutenção de índices tão altos de violência contra a mulher: o aumento das denúncias, estimulado por meio de campanhas, principalmente as realizadas pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; a dificuldade/lentidão para a implantação total dos instrumentos previstos na Lei (casas abrigo e de passagem, varas especializadas para o atendimento da violência doméstica, além da melhoria dos serviços existentes, como o atendimento nas delegacias especializadas, etc.), que contribuem para que a mulher não se sinta segura para abandonar a situação de violência; e, finalmente, a falta de conhecimento sobre os instrumentos de proteção previstos pela Lei.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



ANEXO II
FICHA DE INSCRIÇÃO

TÍTULO DA REPORTAGEM	
TEMPO TOTAL	
FORMATO ORIGINAL	HDTV () DVCAM () BETACAM ANALÓGICA() MINIDV () OUTROS () Qual? _____
EDIÇÃO	
REPORTAGEM	
EMPRESA PRODUTORA	
CPF ou CNPJ DO TITULAR	
ANO DE PRODUÇÃO	
LOCAL DE PRODUÇÃO DA REPORTAGEM	
RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO	
ENDEREÇO	
CONTATO TELEFÔNICO	
CORREIO ELETRÔNICO	

O responsável pela inscrição declara, neste ato, que todas as autorizações e licenças necessárias para a utilização da OBRA foram providenciadas e pagas, tais como: autorização para sincronização das músicas constantes da OBRA, licença de uso e/ou cessão dos direitos do autor e conexos, autorização de uso de imagem de todas as pessoas participantes ou de qualquer forma relacionadas à OBRA.

Assinatura do titular ou seu representante legal:



ANEXO III
FICHA DE AVALIAÇÃO DA OBRA

CRITÉRIOS	PONTOS	OBS.	TOTAL OBTIDO
1. Desenvolvimento do argumento e aspectos narrativos			
1.1 – Adequação ao tema.	0 A 5		
1.2 – Adequação ao perfil de programação da TV Câmara.	0 A 5		
1.3 – Potencial para atrair o interesse do público para o argumento.	0 A 5		
1.4 – Originalidade e profundidade na abordagem do tema.	0 A 5		
1.5 – Propriedade da linguagem.	0 A 5		
TOTAL PARA CRITÉRIO 1			
2. Análise da Técnica Audiovisual			
2.1 – Roteiro.	0 A 5		
2.2 – Direção da reportagem.	0 A 5		
2.3 – Som e trilha sonora.	0 A 5		
2.4 – Fotografia.	0 A 5		
2.5 – Edição.	0 A 5		
TOTAL PARA CRITÉRIO 2			
TOTAL PARA OBRA AUDIOVISUAL			



TERMO DE LICENCIAMENTO PARA A TV CÂMARA

Pelo presente instrumento, _____, doravante denominada simplesmente **LICENCIANTE, AUTORIZA** a CÂMARA DOS DEPUTADOS, com sede na Praça dos Três Poderes, Edifício Principal, Térreo, na cidade de Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº **00.530.352/0001-59**, e o BANCO MUNDIAL, com sede na SCN Quadra 2 Lote A, Ed. Corporate Financial Center, 7º andar, na cidade de Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o nº **03.641.550/0001-88** adiante denominados simplesmente de **LICENCIADOS**, a transmitir por meio da TV CÂMARA, em “hot sites” sobre o tema e nas redes de difusão audiovisual e *online* do Banco Mundial e seus parceiros nas condições aqui estipuladas, a OBRA AUDIOVISUAL abaixo descrita:

Título da obra	
Número x duração dos episódios	
Exibições permitidas	Indeterminadas.
Mídia autorizada	Em qualquer meio de transporte de sinal existente ou que venha a existir.

CONDIÇÕES GERAIS

- 1- Os LICENCIADOS ficam autorizados a exibir, por meio do canal televisivo da Câmara dos Deputados e de sua página na Internet, em “*hot sites*” sobre o tema e nas redes de difusão audiovisual e *online* do Banco Mundial e seus parceiros a OBRA, sem caráter de exclusividade.
- 2- Os LICENCIADOS não poderão editar ou exibir parcialmente, inserir ou retirar trechos, devendo preservar a composição do programa, com exceção do material necessário à edição de promocionais e chamadas de programação.
- 3- A LICENCIANTE declara, neste ato, que todas as autorizações e licenças necessárias para a utilização da OBRA, conforme estipulado neste instrumento, foram providenciadas e pagas, tais como: autorização para sincronização das músicas constantes da OBRA, licença de uso e/ou cessão dos direitos do autor e conexos, autorização de uso de imagem de todas as pessoas participantes ou de qualquer forma relacionadas à OBRA.
- 4- Os LICENCIADOS poderão utilizar da OBRA, nos termos desta licença, mediante pagamento de prêmio de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao qual faz jus a OBRA por ter sido selecionada por concurso público promovido pelos LICENCIADOS.
- 5- O presente instrumento vigorará por prazo indeterminado, podendo ser denunciado unilateralmente pelos LICENCIADOS, mediante comunicação escrita, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que seja devida qualquer indenização ou reparação de danos que venha sofrer a LICENCIANTE.
- 6- Esta licença é regida pelas leis em vigor no Brasil, ficando eleito foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas provenientes deste termo.

Brasilia, de de 2012

Autor da reportagem especial selecionada

Assinatura do Responsável Legal:



ANEXO V

DECLARAÇÃO

Eu, _____, carteira de
identidade n. _____, emitida por _____, CPF n.
_____, responsável pela empresa _____
_____, CNPJ n.

_____, declaro que eu e os sócios da minha empresa não somos
servidores da Câmara dos Deputados ocupantes de cargo efetivo (ativos nem inativos) ou de
natureza especial, secretários parlamentares ou trabalhadores de empresas que prestam
serviços para a Câmara dos Deputados, ou mesmo colaboradores e funcionários do Banco
Mundial. Também informamos que não somos parentes consanguíneos ou afins até o terceiro
grau dos integrantes da comissão julgadora ou membros da mesma.

Brasília, de _____ de 2012.

Assinatura do candidato



ANEXO VI

DECLARAÇÃO

Eu, _____, carteira de
identidade n. _____, emitida por _____, CPF n.
_____, responsável pela empresa _____
_____, CNPJ n.
_____, declaro que a reportagem que estou inscrevendo no Concurso
de Reportagens Procuradoria Especial da Mulher, TV Câmara e Banco Mundial, com o nome
_____, foi produzida a partir de 2012, jamais teve seu
direito de exibição cedido à TV Câmara, bem como não foi veiculada por outras emissoras de
radiodifusão ou canais de TV por assinatura anteriormente.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Assinatura do candidato